

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Nos nossos relatórios e cientes: Submetemos à apreciação de V. Ss., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A. referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011. O Banco BNP Paribas agradece aos acionistas, clientes e colaboradores pela confiança e apoio recebidos, que possibilitaram o desenvolvimento e fortalecimento dos nossos produtos e serviços.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS - Em 30 de junho de 2012 e 2011

ATIVO	Nota explicativa nº	2012	2011	PASSIVO	Nota explicativa nº	2012	2011
Circulante		13.147.980	19.979.955	Circulante		11.500.487	17.808.558
Disponibilidades		136.704	21.050	Depósitos	(10)	3.546.857	1.968.934
Aplicações interfinanceiras de liquidez		4.376.735	4.125.830	Depósitos à vista		266.166	44.659
Aplicações no mercado aberto		567.753	539.665	Depósitos interfinanceiros		643.127	361.820
Aplicações e depósitos interfinanceiros		3.686.719	3.616.263	Depósitos a prazo		2.570.866	1.503.533
Aplicações em moedas estrangeiras		123.283	2	Depósitos em moeda estrangeira		66.696	51.499
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		-	-	Outros depósitos		1.656.379	1.780.841
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(4)	4.243.707	3.557.887	Captações no mercado aberto		1.171.922	1.153.573
Carteira própria		2.300.966	1.589.028	Carteira de terceiros		415.387	211.881
Vinculados a compromissos de recompra		1.177.223	496.554	Carteira de investimento		31.498	-
Vinculados à prestação de garantias		100.790	166.141	Recursos de aceitação e emissão de títulos		491.483	56.090
Títulos obtidos por operações compromissadas com livre movimentação		31.566	334.231	Obrigações por emissão de letras financeiras		491.483	56.090
Relações financeiras derivativas		633.432	971.933	Relações financeiras derivativas		417	619
Relações interfinanceiras		1.453	9.543	Recebimentos e pagamentos a liquidar		4.174	8.695
Pagamentos e recebimentos a liquidar		16	25	Receitas interdependências		41.174	8.695
Créditos vinculados em depósitos no BACEN		1.437	915	Recursos de terceiros		1.174	8.695
Operações de crédito	(5)	245.189	154.311	Obrigações por empréstimos e repasses	(11)	1.123.602	1.452.282
Setor privado		272.651	176.068	Empréstimos no exterior		961.245	792.448
Operações de crédito em liquidação duvidosa	(6)	(27.462)	(21.757)	Repasses do país		1.843.343	1.843.343
Operações de arrendamento mercantil		8.310	6.629	Repasses do exterior	(4)	68.014	659.834
Arrendamentos a receber		179.055	90.455	Instrumentos financeiros derivativos	(4)	648.853	888.332
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(170.745)	(83.828)	Instrumentos financeiros derivativos		648.853	888.332
Outros créditos	(7a)	4.134.989	11.703.337	Instrumentos financeiros derivativos		11.852.763	11.852.763
Carteira de câmbio		91.414	11.569.912	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.134	10.956
Rendas a receber		25.287	14.599	Carteira de câmbio	(7b)	3.578.500	11.300.958
Negociação e intermediação de valores	(8)	160	808	Carteira de câmbio		1.183.151	14.915
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		1.623	1.368	Fiscal e previdenciária	(12a)	12.566	11.051
Aplicações interfinanceiras de liquidez		2.616	1.368	Negociação e intermediação de valores	(12b)	27.942	3.175
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.404.927	1.731.508	Diversas subordinadas	(12c)	6.939	284
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(4)	177.761	913.351	Diversas	(12c)	184.622	207.429
Carteira própria		784	1				
Vinculados a compromissos de recompra		236	695.514				
Vinculados à prestação de garantias		15.082	-				
Instrumentos financeiros derivativos		176.728	202.747				
Operações de crédito	(5)	91.414	11.569.912				
Setor privado		411.411	182.749				
Operações de arrendamento mercantil		-	-				
Arrendamentos a receber		329.396	267.918				
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(329.396)	(267.918)				
Outros créditos	(7a)	608.682	1.560.514				
Carteira de câmbio		2.024	6.520				
Rendas a receber		328.365	277.618				
Diversas	(8)	88	-				
Outros valores e bens		461.024	371.288				
Despesas antecipadas		23.087	23.012				
Permanente		15.594	19.030				
Investimentos	(9)	4.493	2.983				
Participação em controlada no País		15.886	15.817				
Outros investimentos		40.329	34.617				
Imobilização de uso		(21.843)	(18.700)				
Depreciações acumuladas		417.378	331.627				
Imobilização de arrendamento		489.027	390.069				
Bens arrendados		(70.719)	(48.442)				
Depreciações acumuladas		13.159	13.161				
Diferido		1.766	1.531				
Amortização acumulada		2.715	2.076				
Intangível		(949)	(417)				
Amortização acumulada		-	-				
TOTAL		16.221.552	24.339.365	TOTAL		16.221.552	24.339.365

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

Saldo em 31 de Dezembro de 2010	Capital social	Aumento	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutária			
234.188	272.000	77.225	418.297	13.310	-	1.015.020	
Homologação do aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	272.000	(272.000)	-	-	(3.864)	(3.864)	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	64.730	64.730	64.730
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	3.236	-	-	(3.236)	-
Reserva estatutária	-	-	80.461	418.297	9.446	1.075.864	1.075.864
Saldo em 30 de Junho de 2011	506.186	-	84.655	493.396	2.901	(11.769)	1.169.109
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	506.186	78.167	80.465	493.396	2.901	(11.769)	1.169.109
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	69.386	69.386	69.386
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	2.502	-	-	(2.502)	-
Aumento de capital	-	78.167	(78.167)	-	-	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2012	584.355	-	90.957	493.396	(8.868)	66.884	1.226.722

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Para os semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

Diretoria	2012		2011	
	Valor de custo/contábil	Ajuste a mercado	Valor contábil	Valor contábil
Recetas da intermediação financeira	665.721	459.306	665.721	459.306
Recetas de intermediação financeira	17.229	13.861	17.229	13.861
Recetas de prestação de serviços	56.647	56.483	56.647	56.483
Recursos de pessoal	(73.586)	(66.532)	(73.586)	(66.532)
Despesas de participação em controlada	(7.288)	7.705	(7.288)	7.705
Outras despesas administrativas	(42.863)	(37.396)	(42.863)	(37.396)
Outras despesas operacionais	(19)	13.325	(19)	13.325
Outras despesas operacionais	(19)	(41.340)	(19)	(41.340)
Resultado operacional	133.020	130.364	133.020	130.364
Resultado não operacional	(417)	(471)	(417)	(471)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	133.020	130.364	133.020	130.364
Imposto de renda e contribuição social	(42.881)	(33.187)	(42.881)	(33.187)
Provisão para imposto de renda	(5.074)	(115.778)	(5.074)	(115.778)
Provisão para contribuição social	(1.689)	(1.689)	(1.689)	(1.689)
Alíquota diferida	(31.587)	4.060	(31.587)	4.060
Participações no lucro	(20.753)	(32.447)	(20.753)	(32.447)
Lucro líquido do semestre	69.386	64.730	69.386	64.730
Lucro líquido por ação - em R\$	415,91	388,00	415,91	388,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2012		2011	
	Índice	Valor	Índice	Valor
Operações de caixa e equivalente de caixa				
Depreciações e amortizações	2.881	2.256	2.881	2.256
Depreciação de bens arrendados	65.213	47.970	65.213	47.970
Superávit de depreciação	(20.246)	(21.766)	(20.246)	(21.766)
Resultado de participação em controlada	(7.288)	(7.705)	(7.288)	(7.705)
Ajuste ao valor justo de TVM e derivativos para negociação	(89.825)	(2.338)	(89.825)	(2.338)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	15.187	17.642	15.187	17.642
Provisão para fianças	(2.652)	22.463	(2.652)	22.463
Provisão para riscos fiscais, civis e trabalhistas e atualização monetária de depósitos judiciais	9.491	16.690	9.491	16.690
Tributos diferidos	31.587	(4.060)	31.587	(4.060)
Participações nos lucros	25.329	32.448	25.329	32.448
Provisão - outras	(8.868)	400	(8.868)	400
Recetas de prestação de serviços não recebidas	(3.277)	-	(3.277)	-
Variação de ativos e obrigações	(66.335)	159.398	(66.335)	159.398
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	(98.887)	527.928	(98.887)	527.928
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	(1.665.481)	(498.780)	(1.665.481)	(498.780)
(Aumento) Redução em operações interfinanceiras	2.468	862	2.468	862
(Aumento) Redução em depósitos interfinanceiros	38.843	42.191	38.843	42.191
(Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil	3.434	917	3.434	917
(Aumento) Redução em outros créditos	(345.020)	(3.226.674)	(345.020)	(3.226.674)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	6.879	5.066	6.879	5.066
(Aumento) Redução em depósitos em moeda estrangeira	(86.248)	(89.224)	(86.248)	(89.224)
(Aumento) Redução em depósitos	322.163	(197.330)	322.163	(197.330)
(Aumento) Redução em depósitos no mercado aberto	1.119.316	503.343	1.119.316	503.343
(Aumento) Redução em recursos de aceitação e emissão de títulos	7.439	130.171	7.439	130.171
(Aumento) Redução em obrigações por empréstimos e repasses	492.990	(17.589)	492.990	(17.589)
(Aumento) Redução em outros títulos e valores mobiliários	(27.150)	(2.139)	(27.150)	(2.139)
(Aumento) Redução em outras obrigações	171.390	3.082.417	171.390	3.082.417
(Aumento) Redução em resultados de exercícios futuros	(865)	683	(865)	683
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	29.661	303.930	29.661	303.930
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
(Aquisição) Alienação de investimentos	11.173	(323)	11.173	(323)
(Aquisição) Alienação de imóvel de uso	(2.086)	(2.218)	(2.086)	(2.218)
(Aquisição) Alienação de diferido	(49)	-	(49)	-
(Aquisição) Alienação de outros créditos	63	(239)	63	(239)
Dividendos recebidos de coligadas e controladas	-	17.681	-	17.681
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	9.101	14.901	9.101	14.901
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Dividendos pagos	-	(203.552)	-	(203.552)
(Aumento) Redução de obrigações em dívida subordinada	23.207	(192.171)	23.207	(192.171)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	23.207	(222.769)	23.207	(222.769)
Variação de caixa e equivalente de caixa	61.969	95.062	61.969	95.062
Do início do período	2.083.036	1.928.213	2.083.036	1.928.213
Do fim do período	2.145.005	2.023.275	2.145.005	2.023.275
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	61.969	95.062	61.969	95.062

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Para os semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA



(Continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Para os semestres findos em 30 de junho de 2012 e de 2011

(Em milhares de reais)

19. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

As outras receitas operacionais são compostas basicamente por receitas de atualização em depósitos judiciais de R\$7.820 e reversão de provisões de R\$4.018 (R\$7.298 em 2011 e R\$3.360 de variação cambial sobre banqueiros no exterior).
As outras despesas operacionais são compostas basicamente por despesas de atualização de contingências de R\$12.238 e R\$14.714 de variação cambial sobre banqueiros e ordem de pagamento no exterior (R\$24.119 de constituição de provisão de fianças e R\$10.453 de atualização sobre riscos fiscais em 2011).

20. RISCO OPERACIONAL

No 1º semestre de 2012, o Banco, continuou o seu processo de análise e monitoramento dos controles internos, incluindo o risco operacional. Com relação ao cálculo da parcela de capital alocada para cobertura dos riscos operacionais, o Banco manteve a metodologia de abordagem básica (BIA), de acordo com as normas do Banco Central do Brasil. O aprimoramento constante das práticas de Governança Corporativa e o investimento contínuo na evolução dos processos e dos controles são objetivos permanentes da Administração. O relatório completo sobre a gestão do risco operacional no Banco está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

21. RISCO DE CRÉDITO

O Banco, em aderência ao disposto pelo Banco Central do Brasil, designou um diretor responsável pelo gerenciamento de risco de crédito. Esse diretor, bem como a área de gestão do risco de crédito atuam de forma independente das áreas de negócios e são responsáveis pela aplicação

da política de monitoramento de risco de crédito, pela classificação e controle dos riscos de crédito, em conformidade com as regulamentações, assegurando um nível de risco aceitável da carteira de crédito do Banco.

A área de Risco de Crédito do Banco está inserida na estrutura global de risco de crédito do Grupo BNP Paribas e dispõe de um time de especialistas dedicados exclusivamente ao atendimento desses objetivos.

O relatório completo sobre a gestão do risco de crédito no Banco está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

22. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE MERCADO

O Banco emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a risco de mercado. O Banco identifica, supervisiona e controla de forma eficaz cada fator de risco no intuito de permitir que oscilações bruscas dos parâmetros de mercado possam ser absorvidas sem comprometer os objetivos de médio e longo prazo da instituição no Brasil.

De acordo com as normas do Banco Central do Brasil, o Banco nomeou um diretor responsável pelo risco de mercado. Esse diretor em conjunto com a área de gerenciamento do risco de mercado, que funciona independentemente das áreas de negócios, são responsáveis pela administração da política de monitoramento de risco de mercado, a aprovação de planos de trabalho/ações que envolvam novas metodologias, a validação dos novos produtos e as decisões sobre a adoção de ferramentas para a gestão dos riscos. A área de Risco de Mercado conta com uma equipe de profissionais dedicados exclusivamente a estas tarefas e inseridos na estrutura global de risco de mercado do Grupo BNP Paribas. O relatório completo sobre a gestão do risco de mercado no Banco está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

Marcelo Marques Sellan - Contador - CRC 1SP213451/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Srs. Administradores

Banco BNP Paribas Brasil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

As operações de arrendamento mercantil realizadas pelo Banco BNP Paribas Brasil S.A. são registradas e consideradas na elaboração das demonstrações financeiras com a observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem que o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil seja classificado no ativo permanente como superveniência de depreciação, conforme mencionado na nota explicativa 2. Essas práticas não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a Lei nº 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante e realizável a longo prazo e receitas ou despesas de operações de arrendamento mercantil, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, com exceção do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BNP Paribas Brasil S.A. em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Mudança de auditores

As demonstrações financeiras do Banco em 30 de junho de 2011 foram auditadas por outros auditores, cujo relatório, datado de 19 de agosto de 2011, expressa uma opinião com ressalva quanto à apresentação das operações de arrendamento mercantil, como mencionado na "Base para opinião com ressalva".

São Paulo, 28 de agosto de 2012



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - Primeiro semestre de 2012

Introdução

Os membros do Comitê de Auditoria, em atendimento às disposições regulamentares vigentes e de seu Regulamento Interno de 14 de julho de 2004, apresentam Relatório de suas atividades desenvolvidas no primeiro semestre do ano de 2012, no âmbito do Banco BNP Paribas Brasil S/A (BNPP BR).

O Comitê de Auditoria do BNPP BR é um órgão estatutário e foi instituído pela Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2004. Iniciou os seus trabalhos em 1º de julho de 2004, sendo composto atualmente por quatro membros, dos quais três diretores estatutários e um membro externo, todos nomeados pela Diretoria Executiva e aprovados pelo Banco Central do Brasil. Também conta com a participação de especialistas, responsáveis pela área de Compliance, Riscos Operacionais e Auditoria Interna.

Na forma da regulamentação vigente, cumpre ao Comitê de Auditoria avaliar a transparência e qualidade das demonstrações financeiras e a efetividade dos sistemas de controles internos da Sociedade e das suas Auditorias Interna e Externa. As suas análises e conclusões são baseadas única e exclusivamente nas informações recebidas dos organismos de controle existentes na Instituição. Não há trabalhos de campo realizados pelos membros desse Comitê, ainda que a maioria dos membros exerça também funções executivas na organização e isso facilite o entendimento das questões tratadas pelo Comitê de Auditoria.

Por não possuir função executiva, cabe ao Comitê de Auditoria, diante das informações que lhe são apresentadas pelo Comitê de Controles Internos, pela Área de Compliance, Jurídico, de Auditoria Interna e pela Auditoria Externa, oferecer à Diretoria Executiva da Instituição as sugestões de melhoria que entende necessárias, ficando a critério exclusivo desta acolhê-las ou não. O Comitê, representado por seu membro coordenador, apresentou à Diretoria Executiva da Instituição o resumo de suas atividades e as principais ocorrências verificadas durante o primeiro semestre de 2012.

Dentro da sistemática regulamentar vigente, o Comitê de Auditoria reuniu-se duas vezes (reuniões 56 e 57) durante o primeiro semestre de 2012. Tais reuniões estão representadas por atas específicas que permanecem à disposição do Banco Central do Brasil. No âmbito das suas atribuições e a partir das informações recebidas, o Comitê de Auditoria não constatou durante o semestre aqui tratado problemas nos controles internos da Instituição que pudessem afetar significativamente as demonstrações financeiras da Sociedade ou a continuidade de suas atividades.

Ouvidoria

Foram apresentados regularmente ao Comitê relatórios das atividades da Ouvidoria no primeiro semestre de 2012 que constatou apenas uma reclamação apresentada por um dos clientes e prontamente resolvida pelos canais competentes, evidenciando que os canais habitualmente utilizados pelos clientes para a solução de problemas ordinários estão atuando corretamente.

Relatório de Controles Internos

O Comitê de Auditoria também tomou ciência do Relatório sobre o Sistema de Controles Internos aprovada pelo Diretor responsável nos termos da regulamentação vigente, do qual pôde-se concluir que os sistemas de controle da Instituição foram avaliados e que não foram constatadas falhas que pudessem influenciar significativamente as demonstrações financeiras da Sociedade.

Foi observado também que os esforços empregados no atendimento das recomendações feitas por sua Auditoria Interna, têm produzido os resultados esperados, permitindo que a Instituição encerrassem o semestre sem nenhuma recomendação de alto risco formulada pela Auditoria Interna com seu prazo de atendimento esgotado. Não há recomendações de alto risco feitas pela empresa de auditoria externa.

Demonstrações Financeiras

Nas reuniões que realizou, o Comitê de Auditoria recebeu do responsável da área de Contabilidade da Sociedade a avaliação das demonstrações financeiras trimestrais e do semestre, tendo o Comitê concluído que estas apresentavam consistência, qualidade e clareza necessárias. Como habitualmente ocorre, essas demonstrações foram apresentadas em detalhes, notadamente em suas principais mutações, que foram comparadas com as demonstrações financeiras anteriores. Todas as indagações formuladas pelo Comitê de Auditoria foram adequadamente respondidas, permitindo-lhe concluir pela consistência das demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2012.

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria também se reuniu com a Auditoria Interna que reportou os resultados e as principais conclusões de seus trabalhos executados durante o primeiro semestre de 2012, a exemplo do que ocorreu com o semestre anterior. Questionada especificamente sobre as demonstrações financeiras, a responsável pela Auditoria esclareceu não ter sido identificado nas missões que realizou qualquer problema nos controles da Sociedade que pudesse por em risco a qualidade das respectivas demonstrações financeiras. Esclareceu também que tem desempenhado suas funções sempre com absoluta independência, não tendo sido imposta qualquer restrição ao seu trabalho pelos demais prepostos da Instituição ou por sua Diretoria Executiva.

Relativamente à efetividade de seus trabalhos vis a vis a regulamentação vigente, a responsável pela Auditoria Interna afirmou que faz parte integrante de seus trabalhos a verificação do cumprimento dos dispositivos legais e normativos aplicáveis à Instituição, bem como de suas normas internas, levando o Comitê a concluir, ao final, que a Auditoria Interna tem desempenhado suas funções adequadamente. Todos os trabalhos realizados pela Auditoria Interna são concluídos com base em extensos relatórios encaminhados também aos membros do Comitê. A apresentação feita pela responsável da Auditoria evidenciou a profundidade dos trabalhos desenvolvidos durante 2012 e a procedência das recomendações formuladas, cujo atendimento será acompanhado pela área de Controles Internos da Instituição e pelo Comitê de Auditoria.

Auditoria Externa

A PricewaterhouseCoopers, através de seus representantes legais, diante do Comitê de Auditoria, apresentou suas atividades frente às demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2012 evidenciando adequada integração com as diversas áreas da Sociedade e conhecimento acerca de suas atividades. Confirmou aos membros ter atuado com independência e autonomia na condução de seus trabalhos e que nenhum óbice ao desempenho de suas atividades foi encontrado e que todas as informações solicitadas foram sempre recebidas nos prazos ajustados. No âmbito dos controles internos, a PwC afirmou não terem sido identificadas falhas relevantes ou deficiências significativas que pudessem comprometer a qualidade das demonstrações financeiras da Instituição. Atestou que a circularização de correspondências a advogados e outros profissionais apresentou bom resultado. Esclareceu, ainda, que em seus trabalhos relacionados às demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2012 avaliou, entre outros aspectos, o ambiente de TI, o conjunto das operações envolvendo derivativos, a área de Tesouraria, de câmbio, as operações de crédito e de arrendamento mercantil, as contingências e os depósitos judiciais da Sociedade, tendo concluído que (i) até o encerramento de seus trabalhos não tiveram nenhuma divergência de opinião com a Administração da Sociedade em relação às demonstrações financeiras da Sociedade, (ii) que não identificaram situações que limitassem o desempenho de suas atividades, (iii) que não tinham conhecimento de nenhuma questão relativa à auditoria ou contabilidade, formulada pela Administração a outras empresas de auditoria.

Também em relação à efetividade de seus trabalhos, foi observado que a Auditoria Independente também avalia o cumprimento pela Sociedade de dispositivos legais e normativos aplicáveis às suas demonstrações financeiras e que predominou uma perfeita integração entre os auditores independentes e as diversas áreas do Banco, permitindo ao Comitê concluir que a Auditoria Independente desempenhou suas funções de forma independente e satisfatória.

Conclusão

A partir das considerações feitas pelas áreas entrevistadas e pelos Auditores Internos e Externos, o Comitê de Auditoria concluiu que as demonstrações financeiras semestrais da Sociedade apresentam informações consistentes, apuradas a partir de práticas contábeis regularmente aceitas no Brasil e em consonância com as normas editadas pelo Banco Central do Brasil.

E considerando a abrangência dos trabalhos realizados e o fato de não ter sido identificada no período pelos antes responsáveis nenhuma ocorrência capaz de comprometer significativamente a qualidade e a integridade das informações recebidas, o Comitê de Auditoria recomenda à Diretoria Executiva a aprovação e a publicação das demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2012.

São Paulo, 24 de agosto de 2012.

Comitê de Auditoria
BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.



BNP PARIBAS BRASIL
Mais do que acompanhar os passos de um mundo em mudança, o BNP Paribas é agente desta mudança



O Banco BNP Paribas Brasil exerce sua responsabilidade social através do apoio à instituições via FUMCAD* viabilizando assim, ajuda a milhares de crianças e adolescentes de todo o país. É também um incentivador da cultura, através da Fundação Cultural BNP Paribas Brasil que apola via Lei Rouanet as mais diversas manifestações culturais como exposições, livros, concertos e espetáculos.

Este é o papel de uma instituição responsável em um país em profunda transformação.



BNP PARIBAS | O banco para um mundo em mudança

bnpparibas.com.br

Sobre o BNP Paribas: O BNP Paribas (www.bnpparibas.com.br) é um dos 10 bancos mais sólidos do mundo de acordo com a Standard & Poor's. Presente em mais de 80 países com mais de 200.000 colaboradores, o BNP Paribas é um líder europeu em serviços financeiros. No Brasil atua nas áreas de Corporate and Investment Banking, Asset Management, Wealth Management e Securities Services. Seu rating brAAA foi reafirmado pela Standard & Poor's em Dezembro de 2011.
* Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. | Ouvidoria: 0800-7715999 / Telefone: 11 3841-3100